



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: H
INTERDISCIPLINARY
Volume 23 Issue 6 Version 1.0 Year 2023
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

The Perception of Basic Education Teachers in Caçador on Sustainability and Human Rights

By Joel Cezar Bonin, Levi Hülse & Alexandre João Cachoeira

Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe

Abstract- This article presents a research report applied to basic education teachers of the public network of Caçador- SC regarding the perception, importance, mastery and applicability in the classroom of themes related to sustainability, human rights, Agenda 2030 and Sustainable Development Goals of the UN. Data were collected via online forms that were answered in the Google Forms tool, later the data were compiled and presented in graphs explained and compared based on the educational context of the researched region and Brazil. The research concluded that teachers still have little mastery of the researched topics and emphasize the need for greater appropriation by teachers on these subjects, in view of the growing need and demand in the labor market for professionals who have knowledge in areas from performance to environmental, social and corporate governance. The methodology adopted for data analysis was based on quantitative and qualitative analysis and aimed to understand the contradictions and coherences in the answers given by the teachers.

Keywords: *sustainability, human rights, teachers, agenda 2030.*

GJHSS-H Classification: *LCC: LB2801-3095, LB2806-2835*



Strictly as per the compliance and regulations of:



The Perception of Basic Education Teachers in Caçador on Sustainability and Human Rights

A Percepção dos Professores da Educação Básica de Caçador-Sc Sobre Sustentabilidade e Direitos Humanos

Joel Cezar Bonin ^α, Levi Hülse ^σ & Alexandre João Cachoeira ^ρ

Resumo- Este trabalho apresenta um relatório de pesquisa aplicada aos professores da educação básica da rede pública de Caçador-SC a respeito da percepção, importância, domínio e aplicabilidade em sala de aula dos temas relacionados à sustentabilidade, direitos humanos, Agenda 2030 e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU. Foram coletados dados via formulários online que foram respondidos na ferramenta Google Forms, posteriormente os dados foram compilados e apresentados em gráficos explicados e comparados com base no contexto educacional da região pesquisada e do Brasil. A pesquisa concluiu que os professores ainda possuem pouco domínio dos temas pesquisados e ressalta a necessidade de uma maior apropriação por parte dos professores acerca destes assuntos, tendo em vista a crescente necessidade e procura do mercado de trabalho por profissionais que tenham conhecimento em áreas ligadas à governança ambiental, social e corporativa. A metodologia adotada para a análise de dados teve como referência a análise quanti-qualitativa e objetivou compreender as contradições e coerências nas respostas dadas pelos professores.

Palavras-chave: sustentabilidade, direitos humanos, professores, agenda 2030.

Abstract- This article presents a research report applied to basic education teachers of the public network of Caçador-SC regarding the perception, importance, mastery and applicability in the classroom of themes related to sustainability, human rights, Agenda 2030 and Sustainable Development Goals of the UN. Data were collected via online forms that were answered in the Google Forms tool, later the data were compiled and presented in graphs explained and

compared based on the educational context of the researched region and Brazil. The research concluded that teachers still have little mastery of the researched topics and emphasize the need for greater appropriation by teachers on these subjects, in view of the growing need and demand in the labor market for professionals who have knowledge in areas from performance to environmental, social and corporate governance. The methodology adopted for data analysis was based on quantitative and qualitative analysis and aimed to understand the contradictions and coherences in the answers given by the teachers.

Keywords: sustainability, human rights, teachers, agenda 2030.

I. INTRODUÇÃO

Este artigo¹ tem por objetivo apresentar parte dos resultados e discussões provenientes de uma pesquisa realizada com professores da rede pública de ensino da cidade de Caçador, Santa Catarina, no que se refere a percepção e o conhecimento dos docentes acerca dos temas “direitos humanos” e “sustentabilidade”. Este é um recorte de um projeto maior, que também coletou dados referentes à percepção dos alunos da rede pública do município, tendo por base as demandas da Agenda 2030, através dos objetivos para o desenvolvimento sustentável, em especial o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável 4 (ODS 4), que indica caminhos para a construção de uma Educação de Qualidade.

A pertinência deste trabalho reflete-se nos esforços globais empenhados especialmente nos últimos anos para que se cumpram as metas propostas pelos ODS, uma vez que já nos encontramos a meio do caminho do tempo proposto pela Agenda 2030, construída na Assembleia Geral da ONU no ano de 2015 (UNICEF, 2023). Passados cerca de sete anos desde a proposição dos ODS, é momento propício para

Author α: Professor do PPGDS da Uniarp – Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Caçador-SC) e-mail: joel@uniarp.edu.br ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0437-7609> Lattes: <https://lattes.cnpq.br/5599831923296454>

Author σ: Doutor e Mestre em Ciência Jurídica pela Universidade do Vale do Itajaí- UNIVALI - SC. Bacharel em Direito pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2010) e graduado em História pela Fundação Universidade Regional de Blumenau FURB (2006). Advogado com a OAB/SC 31.986. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Sociedade e Profissional (Mestrado e Doutorado) e Professor no Programa em Educação Básica da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. Editor da Revista Ponto de Vista Jurídico – UNIARP. e-mail: levi@uniarp.edu.br. <https://orcid.org/0000-0002-9974-6325>. O autor agradece ao Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação de Santa Catarina através do edital 15/2021, pelo apoio financeiro.

Author ρ: Mestrando do PPGDS, da Uniarp - Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe (Caçador-SC). e-mail: cachoeira.alexandre@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1830-6385> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7432570798974776>

¹ Vale enfatizar que este artigo é resultado de uma pesquisa financiada pela aprovação do Edital de Chamada Pública 15/2021 (Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação de Apoio aos Grupos de Pesquisa da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)) da FAPESC (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina-BR); por isso, fica nosso agradecimento à Fapesc e à UNIARP pelo constante estímulo e fomento à pesquisa em solo catarinense.

uma adequada revisão do que já se avançou e do que ainda precisa ser construído para que as metas previstas nos ODS sejam atingidas. Neste contexto, crê-se que este entendimento pode ser traduzido por dados mais concretos, o que foi um dos escopos deste trabalho.

Nesta perspectiva, foi realizada uma busca na plataforma de periódicos da CAPES por trabalhos contendo no título o termo “sustentabilidade”, filtrada de 2015 a 2023, que indicou a presença de 7.265 artigos científicos das mais diversas áreas do conhecimento tratando sobre o assunto. Outra pesquisa nesta mesma plataforma demonstrou que nos últimos 20 anos foram produzidos 10.816 artigos científicos com a presença do termo “sustentabilidade”; assim, cerca de 67% do material constante buscado na plataforma foi produzido nos últimos 7 anos. Resultado semelhante foi constatado quando pesquisados os termos “direitos humanos” para o mesmo período (2015-2023). Foram encontrados 4.876 resultados. Utilizando o mesmo critério de pesquisa citado anteriormente, constatou-se que nos últimos 20 anos foram produzidos 7.124 artigos científicos cujo título continha os termos “direitos humanos”. Este dado demonstra que cerca de 68% destes trabalhos foi produzido nos últimos 7 anos (CAPES BRASIL, 2023).

Foi realizada ainda uma outra busca na plataforma de periódicos da CAPES, desta vez por trabalhos que contivessem no mesmo título todos os termos: “sustentabilidade”, “direitos humanos” e “professores”. Esta busca retornou com apenas dois resultados, sendo um trabalho datado de 2014, antes da criação dos ODS e o outro de 2023. Este dado específico aponta a relevância deste trabalho aqui apresentado, haja vista a escassez de pesquisas envolvendo a temática abordada neste texto.

Não obstante, é necessário reiterar que tais dados são oriundos de uma busca básica em uma única plataforma de periódicos, mas já denotam um aumento significativo nas produções acadêmicas a respeito da sustentabilidade e dos direitos humanos. Diante disso, o presente trabalho vem compor este arcabouço, trazendo dados importantes e locais, que podem servir para estabelecer um panorama de como os temas da sustentabilidade e dos direitos humanos estão presentes ou ausentes no sistema educacional, através da perspectiva de quem ensina, comparando o que os professores conhecem a respeito destes temas e dos ODS em geral e em que medida percebem a sua importância e a sua aplicabilidade em sala de aula, de modo disciplinar ou interdisciplinar.

II. PARA QUE ENSINAR E APRENDER SUSTENTABILIDADE E DIREITOS HUMANOS?

Para relacionar educação, sustentabilidade e direitos humanos é necessário reafirmar que a

educação de qualidade é um direito social garantido pela Constituição Federal de 1988, fixado de maneira inequívoca em seu artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Nestes termos, a Constituição indica o caminho. Se uma educação de qualidade é aquela que forma a pessoa humana para o exercício pleno da cidadania, é necessário que este tenha clareza das bases que asseguram o sucesso da vida em comunidade, como o respeito e a garantia à vida, ao meio ambiente, à dignidade humana, ao desenvolvimento e à diversidade. Nesta linha de raciocínio, entende-se que

[...] a educação em direitos humanos constitui-se como temática, como exigência necessária para o processo de formação permanente de professores(as), como mediação para a construção da cidadania e democracia na atualidade, porque a qualidade da cidade depende da qualidade da formação ativa do cidadão (CARVALHO; LUNA; SANTOS, 2022. p.16).

Neste sentido, é necessário que a escola e a sociedade estejam alinhadas na busca pela construção de uma comunidade profícua, capaz de se desenvolver garantindo que o progresso ao longo do tempo esteja pautado pelo tripé da sustentabilidade, que compreende os campos social, ambiental e econômico.

É muito comum, contudo, que o conteúdo da sustentabilidade seja mais comumente abordado no contexto ambiental, especialmente em se tratando da realidade escolar. Não é incomum encontrarmos referências à sustentabilidade em ementas disciplinares e planejamentos de atividades, principalmente nas ligadas às áreas das ciências da natureza. Contudo, a proposta da sustentabilidade tornou-se, mais do que nunca, interdisciplinar e transversal, especialmente se for levado em conta o seu sentido mais amplo, como o tripé citado anteriormente. Em termos ideais, o progresso humano precisa estar pautado pelo equilíbrio entre o que se produz e o que se explora da natureza. Em se tratando de desenvolvimento econômico, o lucro não pode ser uma entidade absoluta, não pode estar acima da dignidade humana e nem do cuidado com a Casa Comum, que o nosso planeta Terra. Leonardo Boff, em sua obra “Sustentabilidade: o que é e o que não é”, propõe uma definição para a sustentabilidade que exemplifica um pouco mais o caráter de equilíbrio para a construção de uma sociedade mais sustentável:

Mesmo antes de definirmos melhor o que seja sustentabilidade, podemos avançar mostrando o que ela fundamentalmente significa: o conjunto de processos e ações que se destinam a manter a vitalidade e a integridade da Mãe Terra, a preservação de seus ecossistemas com todos os elementos físicos, químicos e ecológicos que possibilitam a existência e a reprodução da

vida, o atendimento das necessidades da presente e das futuras gerações, e a continuidade, a expansão e a realização das potencialidades da civilização humana em suas várias expressões (BOFF, 2015, p. 14).

Se existe então um tripé conceitual para a sustentabilidade, como sugere amplamente a literatura especializada, e este tripé compreende não somente o contexto ambiental, mas social e econômico, é possível inferir que a sustentabilidade perpassa todos os campos que dão base e significado para a vida humana em comunidade. Se a busca por uma melhor qualidade de vida e maior desenvolvimento do potencial humano depende de melhores condições de trabalho, de saúde, de lazer, de acesso à cultura e educação, bem como de uma melhor relação entre produção, exploração e reposição de matéria prima e consumo, e se esta busca precisa indiscutivelmente passar pelo respeito às regras de cuidado com a Casa Comum, então pode-se afirmar de maneira acertada que sustentabilidade e direitos humanos são conceitos que caminham de mãos dadas e que o pleno desenvolvimento das sociedades depende diretamente do domínio que se tem destes conceitos e de como cada cidadão deve se apropriar deles ao longo da vida. É neste sentido que o ensino e aprendizado destes conceitos se torna indispensável para a realização plena da cidadania não apenas local, mas planetária.

Diante disso, dentre as importantes metas propostas no ODS 4 para alcançar uma educação de qualidade, algumas merecem destaque no contexto deste artigo. A meta 4.4, que prevê que até 2030 ocorra um aumento substancial de jovens com habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais para emprego, trabalho decente e empreendedorismo. Neste caso, a respeito desta meta, é importante frisar o conceito de “habilidades relevantes”. Mais do que o domínio das disciplinas propostas pelas matrizes curriculares da educação básica, é preciso que a educação gere uma conexão com a realidade, um engajamento com aquilo que é concreto. É premente que o jovem se torne protagonista no processo educacional, para que consiga cada vez mais um enquadramento digno no mercado de trabalho, bem como a devida valorização do trabalho desempenhado (ONU, 2023).

Por sua vez, a meta 4.7 almeja que até 2030 todos os alunos adquiram conhecimentos e habilidades para promover o desenvolvimento sustentável, por meio da educação propriamente dita, mas também por meio de estilos de vida mais sustentáveis, educação para os direitos humanos, igualdade de gênero, promoção de uma cultura de paz e não-violência, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2023). Contudo, no contexto do presente artigo, a meta que mais chama a atenção é a meta 4.c, pois trata diretamente dos professores:

Até 2030, substancialmente aumentar o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento (ONU, 2023, n.p.)

Esta meta é a única dentro do ODS 4 que trata diretamente da qualificação dos professores. É importante ressaltar a sua presença, uma vez que, na instituição escolar, são os professores que estão na linha de frente para a garantia de uma educação melhor. É nos planejamentos das aulas, nas ementas disciplinares e nos debates dos conteúdos em sala de aula que devem estar presentes as discussões aqui propostas, seja de sustentabilidade, direitos humanos ou de desenvolvimento sustentável. Portanto, por mais que as discussões sobre educação de qualidade costumem tratar muito mais e, com justificada frequência, dos alunos enquanto público-alvo das melhorias necessárias no sistema, é indispensável que se busque um espaço cada vez maior para tratar também da qualificação dos professores, pois a qualificação das equipes de docentes e equipes pedagógicas é parte fundamental na construção de uma educação de maior qualidade. E, se a educação de qualidade é um direito social, também deve sê-lo para os professores.

III. O PAPEL PROTAGONISTA DO PROFESSOR NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O professor está na linha de frente da promoção de uma educação de qualidade. Todos os envolvidos no processo educacional são importantes, desde a família até as instituições de ensino, mas é na figura do professor que se concentra a maior carga de responsabilidade pelo processo educacional. Neste sentido, é direito e, ao mesmo tempo, dever dos professores o acesso à uma formação continuada pautada nos avanços éticos e nos valores humanos que trate do desenvolvimento do sujeito/aluno enquanto pessoa humana, ou seja, uma formação não só alinhada com aspectos profissionais ou técnico-mercadorológicos. Assim, a promoção da educação em direitos humanos e sustentabilidade é fundamental para a plena participação cidadã, pois envolve a criação de cenários propícios à contínua capacitação de pessoas com uma compreensão profunda da intrincada natureza humana, a fim de corresponder às demandas da educação contemporânea (CARVALHO; LUNA; SANTOS, 2022). E isso deve implicar nos dois lados da moeda, a saber, professores e estudantes, concomitantemente.

No que tange aos direitos humanos e sustentabilidade na escola, é necessária a superação de uma visão disciplinar do assunto, ou seja, mais do

que aprender ou ensinar sobre direitos humanos ou sustentabilidade, é necessário garantir que o aprendizado seja tal a ponto de possibilitar ao aluno a assimilação do conteúdo de maneira que este não somente seja capaz de apoderar-se do conhecimento em si, mas munir-se deste enquanto meio para sua transformação pessoal e social.

Contudo, para que esta visão chegue com tal clareza à sala de aula, é assaz necessário que o professor seja iniciado nestas bases e que esteja familiarizado com as temáticas da sustentabilidade, dos direitos humanos e sua abrangência, o que pode ser abordado por meio de uma formação continuada e integral para estes profissionais.

Diante do exposto, é possível perceber a relevância da educação básica na construção de um projeto social amplo, que forme seres humanos éticos e comprometidos com a defesa dos direitos humanos. Destarte, os estabelecimentos de ensino de educação básica devem assumir seu protagonismo na criação de uma cultura de educação em direitos humanos, pois são portadores dos fundamentos de diálogo que influenciam na conscientização dos discentes e suas famílias, bem como na definição de pautas e projetos políticos pedagógicos capazes de referenciar propostas cognitivas que atinjam todos os níveis sociais. (CARVALHO; LUNA; SANTOS, 2022. p.5-6).

Outrossim, Capponi, Ahlert, Dal'asta e Fiirst (2021) destacam também que a educação ambiental está prevista na Lei Federal 9.795/1999 que institui a sua presença em todas as fases de estudos, do infantil ao profissionalizante de forma transversal, ou seja, todas as disciplinas devem ser perpassadas por este conhecimento

Do ponto de vista da gestão escolar, Capponi, Ahlert, Dal'asta e Fiirst (2021) propõem ainda que a educação ambiental seja institucionalizada, nos moldes da Teoria Institucional, isto é, tendo por base de aplicabilidade os seus quatro eixos - codificação, incorporação, reprodução e institucionalização, com o objetivo de tornar a educação ambiental e seus temas correlatos, como a sustentabilidade, como parte intrínseca e indissociável de toda a práxis educativa, institucionalizando estes assuntos através da produção e reprodução de hábitos. Para tanto, asseveram:

[...] os atores tornam-se peças fundamentais, por serem eles por meio de suas ações e interações quem vão permitir que regras e rotinas, tornem-se codificáveis em princípios institucionais. A repetição destas regras e rotinas é que constituem os novos elementos do campo institucional. [...] Ou seja, o processo de rotinização da atividade humana interna é que promove o desenvolvimento das instituições (CAPPONI; AHLERT; DAL'ASTA; FIIRST, 2021 p. 4).

Para além do pragmatismo metodológico do ensino para a educação ambiental ou direitos humanos, é indispensável que os principais protagonistas do processo tenham uma formação humana integral, por

meio de um projeto político-pedagógico que estimule a formação não somente de professores, mas de *seres humanos-cidadãos* enquanto atores políticos, capazes de pensar e construir uma proposta eco-desenvolvimentista (TAUCHEN; BRANDLI, 2006), focada em uma educação integral e interdisciplinar que fomente e alicerce a constituição de estudantes mais engajados e preocupados com um mundo mais sustentável, ou seja, um mundo ecologicamente correto, economicamente viável, socialmente justo e culturalmente diverso. Por isso, essa educação deve ser apta para aliar direitos humanos e sustentabilidade, pois uma coisa está necessariamente entrelaçada à outra e é papel fulcral dos professores apresentarem este novo modo de pensar a todos os seus alunos.

IV. METODOLOGIA

Este trabalho adotou a metodologia de pesquisa de caráter bibliográfico e quanti-qualitativo. Segundo Minayo, esta metodologia se adequa a determinados tipos de pesquisa que visam enquadrar e interpretar formas de investigação que priorizam dados coletados e computados com um bom número de pessoas envolvidas, mas que visam uma interpretação qualitativa por parte dos pesquisadores. Segundo ela,

A diferença entre qualitativo-quantitativo é de natureza. Enquanto cientistas sociais que trabalham com estatística apreendem dos fenômenos apenas a região "visível, ecológica, morfológica e concreta", a abordagem qualitativa aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não captável em equações, médias e estatísticas. O conjunto de dados quantitativos e qualitativos, porém, não se opõem. Ao contrário, se complementam, pois a realidade abrangida por eles interage dinamicamente, excluindo qualquer dicotomia (MINAYO, 2001, p. 22).

Diante disso, torna-se salutar compreender que a pesquisa bibliográfica também foi fundamental para corroborar com as ideias aqui apresentadas pois notou-se que a bibliografia encontrada colaborou enormemente para a produção textual, conectando os dados compilados com os conceitos ligados à formação docente do ensino básico, ao conhecimento dos professores sobre direitos humanos e sustentabilidade, bem como, o nível de entendimento e profundidade acerca da Agenda 2030 e dos respectivos ODS. Aliás, a pesquisa bibliográfica é definida por Gil (2002, p. 44) como

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas. As pesquisas sobre ideologias, bem como aquelas que se propõem à análise das diversas posições acerca de um problema,

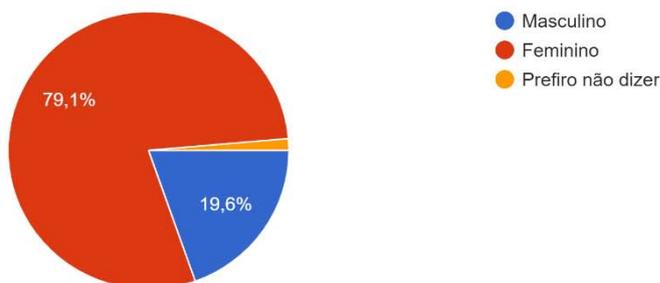
também costumam ser desenvolvidas quase exclusivamente mediante fontes bibliográficas.

Desse modo, a metodologia usada teve como função principal, auxiliar no desenvolvimento da tarefa de pesquisar e analisar os aspectos importantes da pesquisa. Assim, nesse momento, no próximo item, faremos o trabalho de destacar os dados mais relevantes da investigação e apontar os pontos principais do levantamento feito junto aos professores da educação básica da cidade de Caçador-SC.

V. ANÁLISE DOS DADOS COMPILADOS PELO GOOGLE FORMS

Para começar, apresentamos um dado muito relevante já no primeiro gráfico, que é a divisão de gênero entre os professores da rede pública de Caçador.

Seu gênero
148 respostas

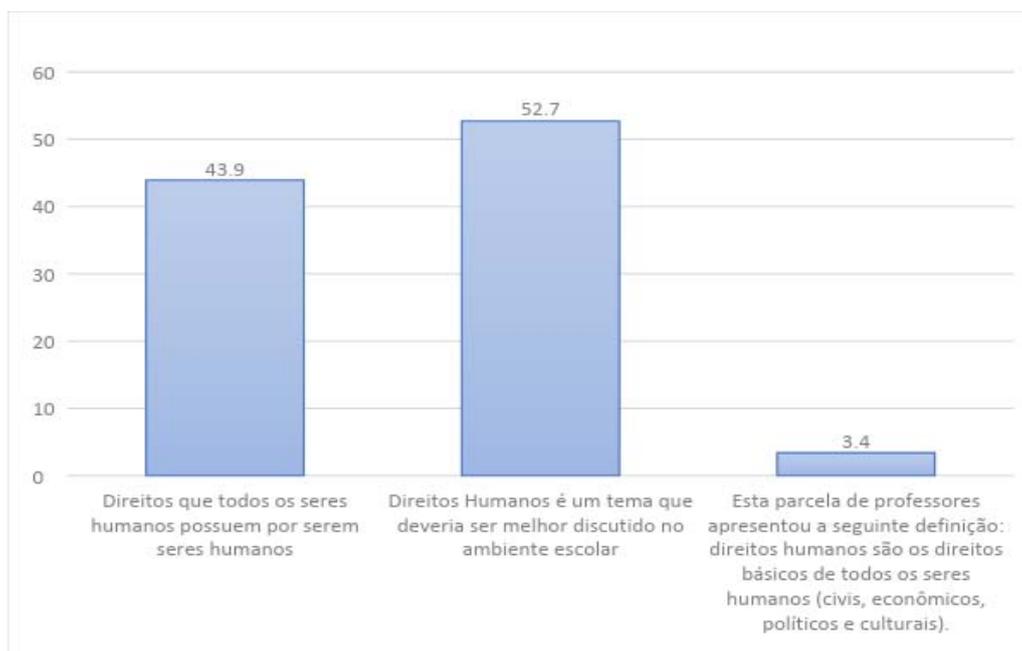


Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 1

O Censo Escolar de 2022, pesquisa mais recente publicada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) apontou que 79,2% dos profissionais da educação básica brasileira são mulheres. Este dado nacional foi

observado também na presente pesquisa, como evidenciado no gráfico apresentado acima, pois dos 148 professores respondentes, 79,1% são mulheres. (INEP, 2023)



Fonte: Gráfico criado com base nos dados do Google Forms

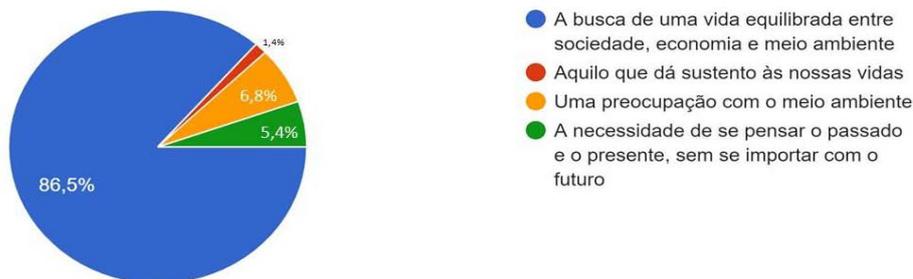
Gráfico 2

Já o gráfico 2 demonstra que dentre os professores que buscaram apresentar uma definição para o que são os Direitos Humanos, a maioria não apresentou uma resposta aprofundada, tendo apresentado uma definição apenas em uma conotação

literal. Apenas um número muito pequeno (3,4%) dos respondentes demonstrou uma visão menos limitada do assunto, abarcando na sua resposta os direitos civis, econômicos, políticos e culturais.

O que é sustentabilidade?

148 respostas



Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

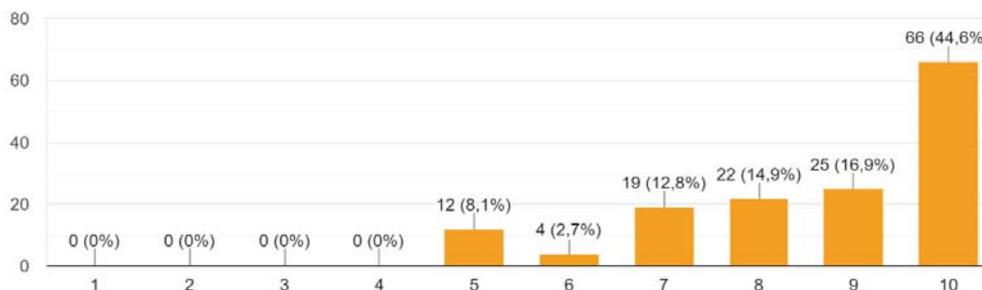
Gráfico 3

No tocante à sustentabilidade, o gráfico 3 evidencia que a maioria dos respondentes (86,5%) têm uma noção mais ampla do assunto, compreendendo a existência do tripé, já citado anteriormente, que busca o equilíbrio entre os eixos econômico, ambiental e social do desenvolvimento. Apenas uma pequena parcela

(6,8%) dos respondentes associou a sustentabilidade somente ao meio ambiente. Este dado demonstra que os professores, de modo geral, transcendem a ideia comum de sustentabilidade associada somente às questões ecológicas.

Numa escala de importância (sendo 0 nada importante e 10 muito importante), que pontuação você dá para a 1ª geração de direitos humanos (liberdade)?

148 respostas

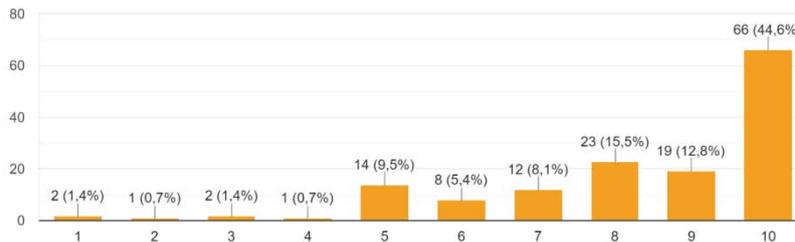


Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 4

Numa escala de importância (sendo 0 nada importante e 10 muito importante), que pontuação você dá para a 2ª geração de direitos humanos (igualdade)?

148 respostas



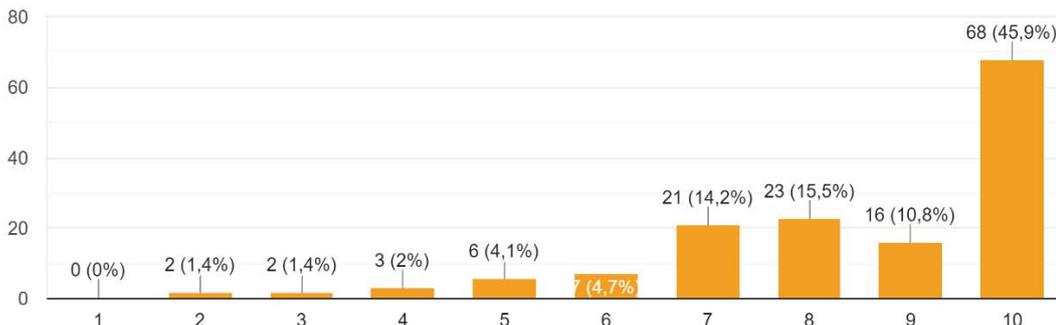
Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 5



Numa escala de importância (sendo 0 nada importante e 10 muito importante), que pontuação você dá para a 3ª geração de direitos humanos (fraternidade)?

148 respostas



Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

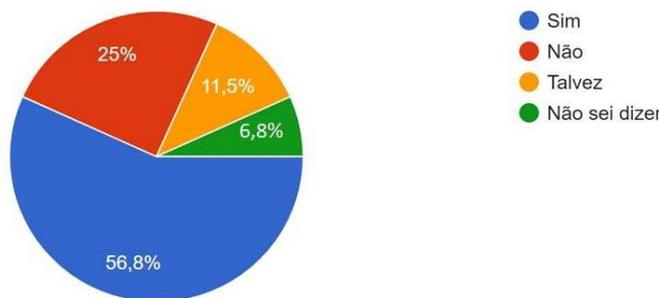
Gráfico 6

Os gráficos 4, 5 e 6 trazem dados relacionados à compreensão dos professores sobre as gerações de direitos humanos. Os três gráficos demonstram que a maioria dos professores considera as gerações dos direitos humanos um tema importante ou muito importante. É importante salientar que grande parte dos professores tem uma ideia muito boa sobre a existência das três gerações mais importantes dos direitos

humanos. Houve uma leve pontuação maior com a terceira geração (Gráfico 6 – 45,9%) com relação às anteriores, o que pode ser um indicativo de que o trabalho docente também implica uma preocupação com o bem-estar dos estudantes ou com ações solidárias decorrentes de atividades escolares ou com a comunidade escolar.

Você já ouviu falar na Agenda 2030 ou nos 17 ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável)?

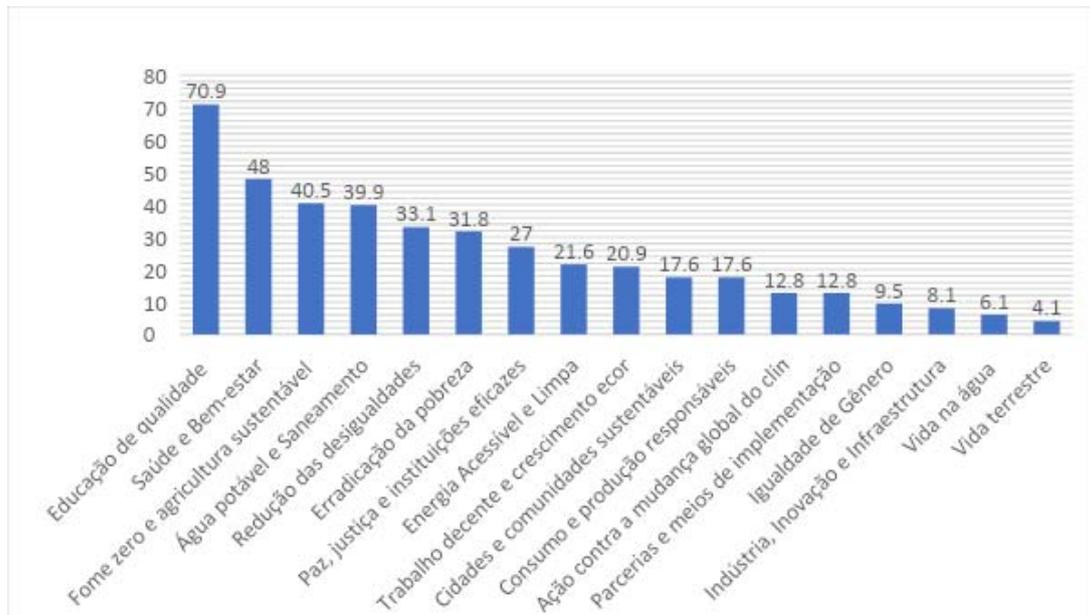
148 respostas



Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 7

O gráfico 7 demonstra que a maioria (56,8%) dos participantes da pesquisa já ouviram falar sobre a Agenda 2030 ou sobre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. O que chama a atenção neste gráfico é justamente o dado oposto, quase metade dos professores da educação básica não ouviu falar, não tem certeza ou não sabe dizer se já ouviu falar sobre a Agenda 2030 ou sobre os ODS. Este é o dado mais alarmante da pesquisa, tendo em vista que estas metas foram firmadas em 2015. De lá para cá, cerca de 8 anos transcorreram e apenas metade dos professores possuem algum conhecimento sobre o tema.



Fonte: Gráfico criado com base nos dados do Google Forms

Gráfico 8

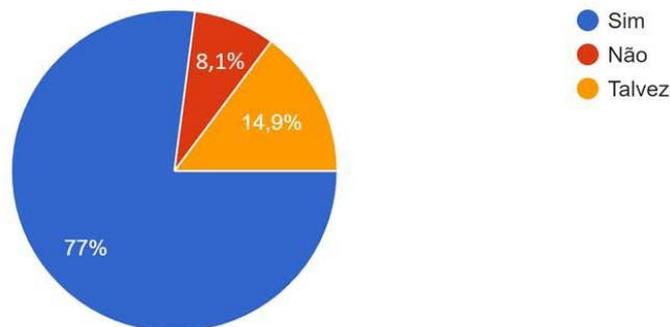
No gráfico 8, a questão estava voltada para àqueles professores que responderam ter conhecimento acerca dos ODS e da agenda 2030. O ODS considerado mais importante para a maioria foi o ODS 4 (Educação de Qualidade), dado já esperado, devido à natureza do público-alvo pesquisado. Na sequência, os ODS mais relacionados foram o ODS 3 (Saúde e Bem-estar), ODS 2 (Fome Zero) e o ODS 6 (Água Limpa e Saneamento). Na outra ponta do gráfico, os ODS menos relacionados foram o ODS 5 (Igualdade de Gênero), ODS 9 (Indústria, Inovação e Infraestrutura) ODS 14 (Vida na Água) e ODS 15, (Vida sobre a Terra).

Considerando as informações do gráfico 8, há dois elementos que podem ser considerados como muito relevantes: a) ao vermos o gráfico 1, que aponta para uma maioria de docentes do gênero feminino (79,1%) e, tendo em vista que o setor da educação,

saúde e serviços sociais no Brasil é ocupado por 75% de mulheres e que elas ganham média 32% a menos que os homens, é dicotômico que se julgue o ODS 5 tão pouco relevante, sendo que ele trata justamente de formas de redução desta e de outras desigualdades. (DIEESE, 2023); b) por outro lado, o destaque dado aos ODS 2, 3 e 6 revelam a compreensão fundamental de que os ODS e a sustentabilidade estão diretamente implicados, pois o cuidado com a água (ODS 6) implica na questão ambiental enquanto a saúde e o bem-estar (ODS 3), bem como a fome zero (ODS 2) estão ligados à dimensão social. Todavia, os envolvidos na pesquisa não perceberam a necessidade do ODS 9 (Indústria, Inovação e Infra-estrutura) ou mesmo do ODS 11 (Cidades e comunidades sustentáveis) como essenciais para contemplar o “pé econômico”.

É possível dizer que sustentabilidade e responsabilidade são sinônimos?

148 respostas



Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

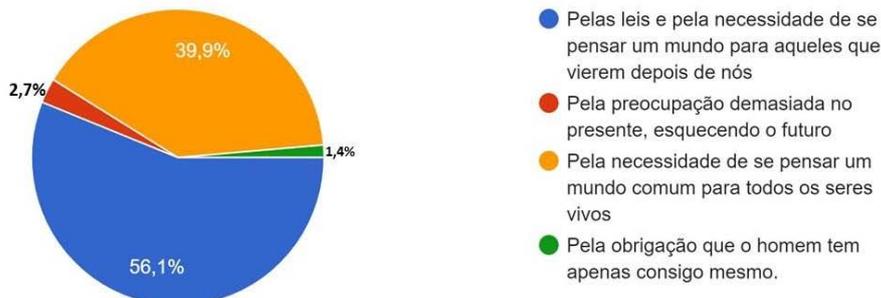
Gráfico 9

O gráfico 9 aponta que a maioria dos participantes (77%) compreendem que sustentabilidade e responsabilidade são sinônimos, corroborando com dados já apresentados no gráfico 3, no qual a maioria dos respondentes (86,5%) compreendem que a

sustentabilidade é uma busca pelo equilíbrio entre economia, meio ambiente e desenvolvimento social, ou seja, pode-se inferir que há entre os participantes um senso claro que para ocorrer um desenvolvimento sustentável genuíno, a responsabilidade é fundamental.

Podemos dizer que Direitos Humanos e Sustentabilidade estão correlacionados. Qual alternativa confirma melhor essa hipótese?

148 respostas



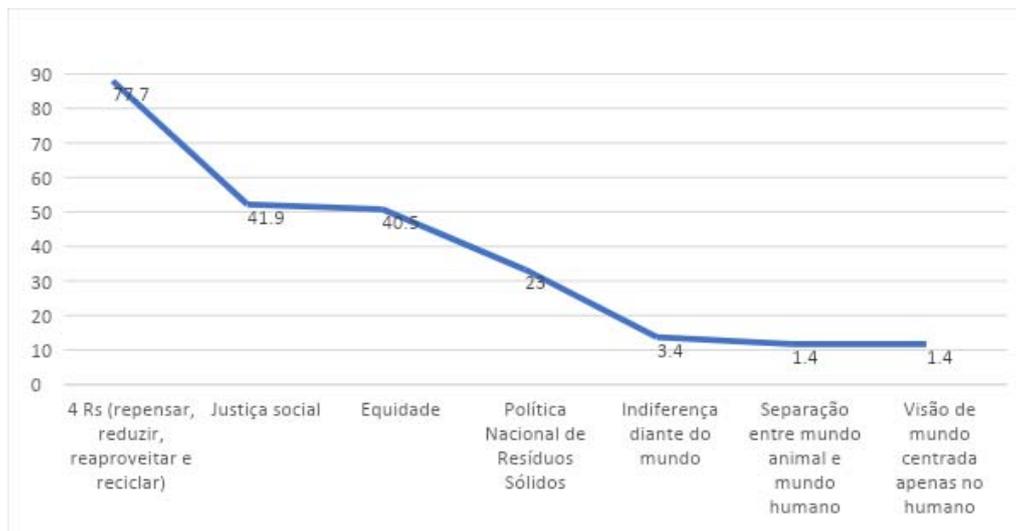
Fonte: Dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 10

O gráfico 10 indica novamente que os participantes têm uma ideia de sustentabilidade ligada à uma ideia de responsabilidade. Neste caso, a maioria (56,1%) considera que sustentabilidade e direitos humanos são correlatos e que esta correlação é pautada pela lei e pela necessidade de se pensar um mundo para além da própria geração. Outra grande parcela dos participantes (39,9%) considera que a correlação entre direitos humanos e sustentabilidade se dá pela necessidade de se pensar um mundo comum para todos os seres vivos, não somente os humanos. Considerando a proximidade entre os conceitos, é possível somar estes dados e afirmar que 96% das respostas vão em direção à uma visão mais holística do conceito de sustentabilidade. Apenas cerca de 4% dos participantes apresentaram uma visão dissonante.

Contudo, há uma contradição: apesar da maioria das respostas tender para um caráter mais holístico no que diz respeito à preservação do planeta para as próximas gerações, o gráfico 8 demonstra que os ODS menos relevantes para a maioria dos respondentes foram o ODS 15 (Vida terrestre) e o ODS 14 (Vida aquática) respectivamente. Ambos ODS têm por objetivo proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade, bem como a conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável. Além disso, foi baixa a assinalação do ODS 13, que trata da ação contra a mudança global do clima (IPEA, 2019).

Em outras palavras, nota-se que há uma preocupação muito ampla por parte dos professores no que se refere à sustentabilidade, mas falta uma clareza quanto aos elementos que envolvem efetivamente à sustentabilidade, de modo que nos parece muito evidente que há um sincero interesse pelo tema, mas falta esclarecimento sobre quais passos devem ser dados nessa direção, seja no entendimento teórico sobre o assunto, seja sobre as metodologias de desenvolvimento de trabalhos disciplinares e interdisciplinares sobre os ODS, o que gera uma certa confusão sobre os termos e temas da sustentabilidade, como já foi pontuado no gráfico 8.



Fonte: dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 11

O gráfico 11 demonstra que a maioria dos participantes associa direitos humanos e sustentabilidade à ideia dos 4 R's (repensar, reduzir, reaproveitar e reciclar). Essa mentalidade vem sendo criada desde a última década do século passado, tendo sido originalmente concebida na Conferência da Terra, também conhecida como ECO-92, realizada no Rio de Janeiro em 1992. A primeira referência aos 3 R's da sustentabilidade encontra-se na Carta da Terra (UNESCO, 2002) que dentre as orientações para a Integridade ecológica, prevê a necessidade de redução, reutilização e reciclagem de materiais usados nos sistemas de produção e consumo e na garantia de que os resíduos possam ser assimilados pelos sistemas ecológicos. O 4º "R" (Repensar) foi adicionado mais tarde à ideia original. Talvez por este motivo este conceito seja mais presente na memória dos participantes, por ter sido explorado e trabalhado por mais tempo.

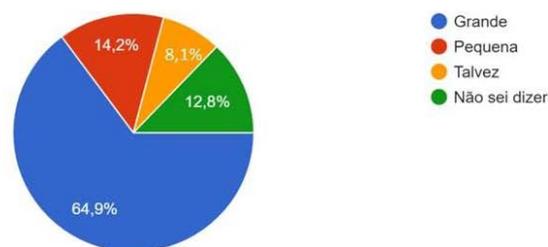
Por sua vez, a ideia de justiça social e equidade (ambas possuem porcentagens muito similares no gráfico) também figuram dentre as opções

mais marcadas. Isso demonstra que a justiça e a preocupação social que interconectam direitos humanos e sustentabilidade são vistas como conceitos-chave para a assimilação de saberes voltados à Agenda 2030 e povoam o imaginário educacional dos professores que participaram da pesquisa.

Além disso, a Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela lei 12.305/2010, também foi assinalada pelos professores como um elemento importante. Ela é lembrada por ter criado a logística reversa, que obriga fabricantes, importadores, distribuidores e vendedores a recolherem embalagens usadas de pilhas, baterias, agrotóxicos, pneus, óleos, lâmpadas entre outros (BRASIL, 2010). Esta informação coletada pela pesquisa também tem grande valor, pois mostra que uma parte considerável dos participantes tem este entendimento, o que nos leva a crer que, como dissemos antes, os professores conhecem as ideias centrais da sustentabilidade, mas ainda precisam ter uma maior clareza sobre a tridimensionalidade que a envolve, de modo a analisá-la de modo mais integrado e articulado.

Em sua opinião, qual a probabilidade dos temas de Direitos Humanos e Sustentabilidade serem cobrados em concursos públicos?

148 respostas



Fonte: dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

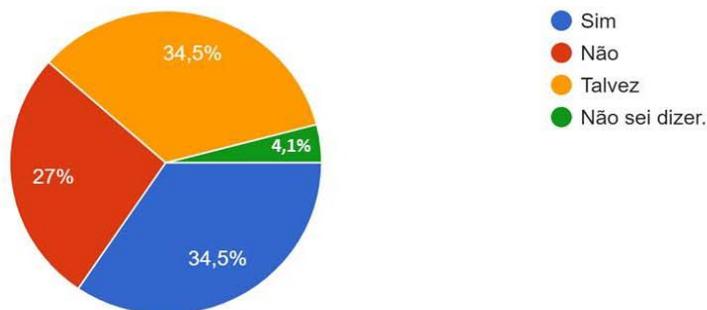
Gráfico 12

O gráfico 12 demonstra que a maioria dos professores (64,9%) considera que existe uma grande probabilidade de os temas Direitos Humanos e

Sustentabilidade serem cobrados em concursos públicos, o que prova a tese do valor, da premência e importância do tema para a atualidade.

Você considera que estes temas (Direitos Humanos e Sustentabilidade) são devidamente trabalhados em sala de aula?

148 respostas



Fonte: dados do Google Forms coletados para esta pesquisa

Gráfico 13

O último gráfico da pesquisa demonstra uma inversão. Com base nas respostas dos participantes na maioria dos gráficos expostos anteriormente, é possível afirmar que a maioria dos professores tem algum conhecimento sobre os temas da Sustentabilidade e dos Direitos Humanos, ainda que não de forma específica ou aprofundada. As respostas contidas no gráfico 3, por exemplo, denotam que os professores compreendem que sustentabilidade não se encerra apenas no campo ecológico, mas pauta-se por um tripé de desenvolvimento. Os gráficos 9 e 10 demonstram que os participantes conseguem associar os conceitos de sustentabilidade, direitos humanos e responsabilidade e sua importância fica evidente no gráfico 12, quando a maioria dos professores reconheceu que há uma grande probabilidade destes assuntos serem cobrados em concursos públicos.

Contudo, no gráfico 13, apesar das várias respostas afirmativas nas perguntas anteriores, foram poucos os professores (34,5%) que julgaram satisfatória a maneira como estes assuntos são abordados em sala de aula. Neste caso, os participantes dividiram-se, majoritariamente, entre os que julgaram que os temas são trabalhados, os que julgaram que não são devidamente trabalhados e os que estão em dúvida com relação à abordagem dada ao tema. Apesar desta dura constatação, crê-se que o maior desafio encontrado pelos docentes perpassa a necessidade de uma formação continuada sobre o quesito da sustentabilidade, dos direitos humanos e da correlação destes temas com a Agenda 2030 e os ODS. Como vimos, o problema não está no desconhecimento das temáticas, mas na articulação delas de modo amplo, transversal e interdisciplinar.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados apresentados aqui denotam que o conhecimento dos professores da educação básica acerca dos temas Sustentabilidade e Direitos Humanos ainda é limitado. Em 2023, completam-se 8 anos da proposição da Agenda 2030 e dos ODS, e faltando ainda cerca de 7 anos para a data-base prevista pelas Nações Unidas para o cumprimento das metas da Agenda, pouco se avançou na percepção que as pessoas, neste caso específico, os professores, têm acerca da relevância e da abrangência dos temas abordados.

É importante ressaltar que, conforme descrito na introdução do trabalho, a maior parte do material acadêmico produzido sobre direitos humanos e sustentabilidade foi escrita após o ano de 2015, o que pode indicar uma carência na formação dos professores que percorreram seus cursos de graduação em anos anteriores com relação a estes temas. Outrossim, a falta de transversalidade, obstáculo que precisa ser superado cada vez mais em todos os níveis de formação, desde a educação básica até à pós-graduação, também é um fator relevante para que a sustentabilidade e os direitos humanos tenham sido excluídos das ementas disciplinares e das grades curriculares de muitos cursos de licenciatura ao longo do tempo.

Hoje, a humanidade experimenta um momento histórico ímpar de acesso, disponibilidade, volume e velocidade de informações e conhecimento; contudo, em primeiro lugar, há um desinteresse crescente com relação a conceitos e pautas voltadas aos direitos humanos. No Brasil, especialmente na última década, observou-se um recrudescimento da polarização

política e ideológica, potencializado pela popularização do acesso à internet e ao crescimento exponencial do consumo de mídias sociais, o que acabou por desencadear um volume muito grande de desinformação e *fake news*, o que gerou mais confusão sobre o que, de fato, são direitos humanos, mesmo entre docentes da educação básica.

Em segundo lugar, o mercado de trabalho vai exigir cada vez mais profissionais qualificados em áreas sustentáveis, pois a sustentabilidade está no cerne das chamadas profissões do futuro e o interesse do mercado em profissionais qualificados em áreas ligadas à boas práticas ambientais, responsabilidade social e governança tem crescido muito ultimamente. O termo ESG, sigla em inglês para *Environmental, Social and Governance*, é um conceito cada vez mais buscado na internet. Desde 2020, o interesse das empresas brasileiras por governança ambiental, social e corporativa cresceu consideravelmente, tendo atingido um pico histórico de pesquisas em maio de 2023 (G1. 2023).

Esta tendência crescente indica que as profissões do futuro passam cada vez mais pela sustentabilidade, o que exige que os professores estejam cada vez mais capacitados para tratar destes temas em sala de aula. É preciso destacar ainda a necessidade da busca pela transversalidade da educação para os direitos humanos e a sustentabilidade, superando a ideia de que estes temas somente estão no escopo das ciências humanas e sociais. Uma educação de qualidade é aquela que forma para a cidadania, para o pleno desenvolvimento do potencial humano, pela garantia da dignidade humana, pelo respeito pelos limites do meio ambiente e pela necessidade da garantia da vida para as gerações futuras.

Por isso, os professores são peças-chave para a sementeira desta cultura de cuidado e prosperidade baseada no tripé da sustentabilidade, mas para tal, eles precisam estar interessados em buscar maior domínio destas importantes áreas do conhecimento, que a cada dia se tornam mais relevantes. Assim sendo, este outro tripé: Escola, Sociedade e Estado, precisam estar cada vez mais atentos e dispostos a oferecer a formação necessária, contínua e aprofundada para que os professores façam o seu papel de construtores e difusores destes conhecimentos no ambiente escolar.

AGRADECIMENTO

Agradecimento à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina - FAPESC pelo financiamento da presente pesquisa projeto aprovado na Edital de Chamada Pública Fapesc No 15/2021 - Programa de Ciência, Tecnologia e Inovação de Apoio aos Grupos de Pesquisa da Associação Catarinense das Fundações

Educacionais – Acafe Aprovado Pela Fapesc. Agradecimento também à FUNIARP e UNIARP.

REFERENCES RÉFÉRENCES REFERENCIAS

- BOFF, L. *Sustentabilidade: o que é: o que não é*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF. 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucao/constitucao.htm Acesso em 08 Ago. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.305 de 2 de agosto de 2010. *Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências*. Brasília, 2 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm. Acesso em: 14 ago. 2023.
- CAPES BRASIL. *Ministério da Educação/CAPES*. Periódicos Capes, 2023. Disponível em <https://www-periodicos-capes-gov-br.ez1.periodicos.capes.gov.br/> Acesso em 04 Ago. 2023.
- CAPPONI, N. F.; AHLERT, A.; DAL'ASTA, D.; FIIRST, C. Environmental education and the 2030 Agenda: in the perception of managers of a teaching network. *Research, Society and Development*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. e3210312895, 2021. DOI: 10.33448/rsd-v10i3.12895. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/12895> Acesso em: 13 jul. 2023.
- CARVALHO, A. de L.; LUNA, J. M. F. de; SANTOS, J. M. da S. A educação em direitos humanos: A percepção dos professores de uma escola pública. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 17, n. 1, p. 0537–0556, 2022. DOI: 10.21723/riaee.v17i1.14802. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamerica/article/view/14802> Acesso em: 11 jul. 2023.
- DIEESE - DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. *Infográfico Mulheres*. 2023. Disponível em <https://www.dieese.org.br/infografico/2023/infograficosMulheres2023.html> Acesso em 14 ago. 2023.
- G1. *Profissões do futuro passam pela sustentabilidade*. Por Centro Universitário Uniopet. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/para-especial-publicitario/uniopet/opet-inovacao-em-rede/noticia/2023/06/02/profissoes-do-futuro-passa-m-pela-sustentabilidade.ghtml> Publicado em 02 jun. 2023. Acesso em: 15 ago. 2023.
- GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo, Atlas, 2002.
- INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Básica 2022*. Brasília: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abert>

- os/sinopses-estatisticas/educacao-basica. Acesso em: 10 ago. 2023.
11. IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. *Objetivos de desenvolvimento sustentável*. Brasília: Ipea, 2019. Disponível em <https://www.ipea.gov.br/ods/index.html> Acesso em 14 ago. 2023.
 12. MINAYO, M. C. S. *Ciência, Técnica e Arte: o Desafio da Pesquisa Social*. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). *Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade*. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
 13. ONU. *Os objetivos do desenvolvimento sustentável no Brasil*. Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/4> Acesso em 10 Ago. 2023.
 14. TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. *Gestão & Produção*, v. 13, n. 3, p. 503–515, set. 2006. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2006000300012> Acesso em 15 jul. 2023
 15. UNICEF. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Ainda é possível mudar 2030*. UNICEF, 2023. Disponível em <https://www.unicef.org/brazil/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel> Acesso em 04 ago. 2023.
 16. UNESCO, A Carta da Terra. *Pensamento & Realidade*, v. 11, n. 1, p. 125-135, 2002. Disponível em <http://www.spell.org.br/documentos/ver/43823/a-carta-da-terra> Acesso em 14 ago. 2023

